



ARTIGO/DOSSIÊ

O TRATAMENTO DOS SUBSTANTIVOS NAS ATIVIDADES PROPOSTAS EM UM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO NOVO ENSINO MÉDIO

GUSTAVO HENRIQUE VIANA LOPES
MÔNICA DE SOUZA SERAFIM

Gustavo Henrique Viana Lopes

Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará.
Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2019).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2852265060381158>.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8260-9554>.
E-mail: gustavohenrique@alu.ufc.br.

Mônica de Souza Serafim

Pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e pós-doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (2011).
Professora da Universidade Federal do Ceará.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3137228410037896>.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1518-3009>.
E-mail: mserafim15@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar atividades de um livro didático que envolvam o ensino dos substantivos. Investigou-se em que medida as atividades se associam aos documentos oficiais que orientam a prática docente no Brasil, como os PCN (1998) e a BNCC (2018), e aos estudos linguísticos contemporâneos,

sobretudo os de base funcionalista, centrados no uso (NEVES, 2018). Com a análise, é possível averiguar se o material contribui para a implementação do Novo Ensino Médio, que deve formar cidadãos efetivamente atuantes, e se contribui para a promoção de um ensino de língua eficaz e significativo. Foi analisado o livro *Se liga nas linguagens: português*, disponibilizado pelo PNLD 2020. Com as análises, percebeu-se que o material apresenta atividades produtivas e contextualizadas. No entanto, há, ainda, a necessidade de se promoverem mais momentos de reflexão e de aprofundamento de ideias importantes para o desenvolvimento de uma consciência linguística mais aguçada, como o papel das classes gramaticais no texto e a variação linguística.

Palavras-chave: Ensino de gramática. Livro didático. Substantivos. PCN. BNCC. PNLD.

Abstract: The aim of this study is to analyze grammar activities involving the teaching of nouns. The extent to which activities are associated with official documents that guide teaching practice in Brazil, such as the PCN (1998) and BNCC (2018), and with contemporary linguistic studies was investigated. With the analysis, it is possible to verify if the material contributes to the implementation of the New Secondary School, which should form effectively active citizens, and if it contributes to the promotion of effective and meaningful language teaching. The book *Se liga nas linguagens: português*, made available by PNLD 2020, was analyzed. With the analyses, it was noticed that the material presents productive and contextualized activities. However, there is still a need to promote more moments of reflection and deepening of important ideas for the development of a sharper linguistic awareness, such as the role of grammatical categories in the text and linguistic variation.

Keywords: Grammar teaching. Text book. Nouns. National curriculum parameters. National common curriculum case. National text book plan.

INTRODUÇÃO

O avanço dos estudos linguísticos atrelados à publicação de documentos oficiais que (re)orientam as práticas de ensino no Brasil têm levantado discussões sobre como devem ser conduzidas as aulas de língua portuguesa. Nesse contexto, um dos eixos que envolvem esse componente curricular e que vêm recebendo destaque é a gramática, sobre a qual muito se pergunta – em virtude da difusão das novas ideias – a respeito do que deve ou não ser ensinado. É fato que não se pode conceber o estudo de uma língua sem que sua gramática seja considerada, no entanto há que se ter cautela para que não se assumam posicionamentos e métodos que não contribuam para a formação de um sujeito competente no que diz respeito ao uso de sua língua.

Dentre os fatores que podem contribuir para a condução de aulas de língua materna condizentes com as necessidades dos estudantes estão os livros didáticos que chegam às escolas e que, tradicionalmente, encabeçam tais encontros, já que sugerem os temas, os objetos de conhecimento e as orientações para as práticas de ensino. Nesse sentido, é importante que esses materiais sejam devidamente explorados para que se tenha noção de como eles podem se inserir no ambiente de sala de aula e, então, contribuir para o alcance das metas de aprendizagem estabelecidas.

Este estudo se propõe a analisar atividades de gramática¹ cujo objeto de conhecimento diz respeito aos substantivos em livros

1 Os documentos oficiais citados neste trabalho, bem como alguns estudos, utilizam o termo análise linguística para alcinhar o estudo dos fenômenos realizados a partir da língua, porém, assim como Lopes (2020), optou-se por manter o termo gramática, assumindo o compromisso de defender uma prática que não deve “limitar-se à higienização do texto do aluno em seus aspectos gramaticais e ortográficos, limitando-se a ‘correções’”. Trata-se de trabalhar com o aluno o seu texto para que ele atinja seus objetivos junto aos leitores que se destina” (GERALDI, 1997, p. 74).

didáticos adotados no contexto de implementação do novo ensino médio² no Brasil. O objetivo principal é investigar se as atividades se encontram em conformidade com orientações oficiais destinadas à educação brasileira, presentes em documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), doravante PCN e BNCC, respectivamente, e, naturalmente, com os estudos linguísticos contemporâneos, sobretudo os de base funcionalista, que, no Brasil, foram amplamente desenvolvidos por Neves (2018). Tais estudos, em se tratando de gramática, fundamentam as ideias defendidas pelos documentos supracitados. Para isso, serão estudados os pressupostos presentes nas orientações oficiais, bem como as diferentes abordagens da teoria gramatical nas escolas e, ainda, os substantivos a partir de uma ótica funcionalista, buscando perceber se há coerência entre o que se espera e o que se tem nos livros didáticos adotados.

Dada a importância dos livros didáticos no contexto escolar e no contexto de transformação vivenciado pela educação brasileira, são importantes estudos que mostram como as atividades presentes nesses materiais chegam aos alunos e aos professores. A relevância deste estudo consiste no fato de que eles, além de apresentar pressupostos que orientam práticas de ensino produtivas, apresenta em que medida tais pressupostos se concretizam nos materiais didáticos adotados. Assim, professores, por meio de estudos dessa natureza, podem ter noção do que esperar e, também, de como avaliar os materiais que a eles são oferecidos, considerando os aspectos que podem ser melhorados e tendo em vista os objetivos que se quer atingir por meio do processo de ensino e aprendizagem.

2 Lei nº 13.415/2017.

Estudos que analisam atividades de gramática em livros didáticos, tanto da etapa do ensino fundamental, quanto do ensino médio, já foram realizados no Brasil: Duarte (2015), Conte (2015) e Souza (2021) contribuíram para a literatura que aborda o tratamento de aspectos gramaticais em livros didáticos distribuídos no Brasil.

Duarte (2015) investigou como a categoria dos adjetivos é trabalhada em um livro didático destinado ao ensino médio. Ao analisar uma atividade, a autora atesta a proposição de procedimentos insipientes e inconsistentes, que não dão conta de uma conceituação adequada do grupo de palavras em questão e enfatizam o mero reconhecimento da categoria nos textos.

Conte (2015) buscou analisar atividades de gramática em dois livros didáticos pensados para o 9º ano do ensino fundamental. A autora percebeu que há nos materiais uma mistura de perspectivas, sendo possível notar que os livros estudados “já mostram boas alternativas no tratamento dos conhecimentos linguísticos, investindo cada vez mais nas atividades de reflexão e buscando desenvolver, através da análise linguística, as habilidades de leitura e escrita” (CONTE, 2015, p. 62).

Mais recentemente, Souza (2021) analisou a abordagem das orações subordinadas substantivas nos exercícios e nas orientações para os professores de dois livros didáticos voltados para o ensino médio. Em se tratando das atividades, o autor verificou que nos dois materiais se percebe a consciência dos autores para as atuais discussões linguísticas, os quais buscam equilibrar as abordagens prescritiva, descritiva e produtiva nas sequências de estudos propostas. A fim de contribuir com os estudos já realizados, considera-se, portanto, para a produção deste artigo, a necessidade de se verificar como estão propostas as atividades de gramática, especificamente aquelas que

tratam dos substantivos, em livros publicados após a homologação da BNCC (2018) e do início da implementação do Novo Ensino Médio, eventos bem recentes no Brasil.

Para que este artigo seja lido da forma mais produtiva possível, ele apresenta cinco seções além desta introdução. Primeiro, propõe-se uma discussão sobre o ensino de gramática no Brasil, considerando os documentos oficiais orientadores e os estudos linguísticos com os quais dialogam. Em seguida, há uma breve descrição da categoria gramatical para a análise do material que compõe o corpus desta pesquisa. A seção seguinte apresenta a metodologia adotada para a realização deste trabalho. Apresentam-se, após isso, as considerações sobre a atividade analisada. Por fim, o texto se encerra com algumas considerações finais.

ENSINO DE GRAMÁTICA NO BRASIL

Tradicionalmente, as aulas de língua portuguesa, tanto na etapa do ensino fundamental, quanto na etapa do ensino médio, têm boa parte de sua carga horária dedicada às aulas de gramática. Constituindo-se como um dos componentes que ficam sob responsabilidade do professor de português, assim como a leitura, a produção escrita e a oralidade, a gramática é um aspecto a ser estudado que, de fato, merece destaque nos estudos voltados para a língua materna. Tal destaque pode se justificar pelo fato de que a discussão sobre os dados serve a diferentes e relevantes objetivos, que, se atingidos, muito têm a oferecer aos estudantes, se considerada suas mais diversificadas práticas sociais.

Campos (2014, p. 17-19) aponta que o ensino de gramática pode cumprir objetivos de ordem prática, de ordem cultural e, ainda, de

uma ordem que se volta para o desenvolvimento de habilidades cognitivas dos estudantes. Em primeiro lugar, a autora considera que o ensino de gramática pode contribuir para a consolidação do que se entende por competência comunicativa. Travaglia (2004, p. 209) define competência comunicativa como a habilidade que o estudante deve desenvolver para fazer uso da língua, ajustando-a as diferentes situações de interação comunicativa, buscando produzir, por meio de textos, os efeitos de sentido pretendidos nessas situações de interação a fim de se comunicar com o outro. Nesse objetivo, encaixa-se o fato de que a escola é o espaço onde o aluno tem acesso e deve adquirir a norma-padrão da língua, cujas variantes linguísticas de maior prestígio dela se aproximam. São variantes prestigiadas aquelas que os estudantes devem utilizar em situações formais de interação, evitando comportamentos discriminatórios por parte dos seus interlocutores. Para que exista a possibilidade de haver esse ajuste, o sujeito deve ter à sua disposição um repertório de recursos linguísticos enriquecido, o qual é aperfeiçoado nas aulas de gramática.

Em segundo lugar, considera-se que, por meio do estudo de aspectos gramaticais, o estudante pode adquirir conhecimentos sobre um dos elementos que formam a identidade cultural do brasileiro: a língua. A autora defende que “a constituição da língua como sistema, o seu modo de funcionamento, a sua formação histórica e a sua distribuição geográfica no mundo podem ser tratados visando a esse objetivo” (CAMPOS, 2014, p. 18). Concordando com a autora, Travaglia (2009, p. 20) considera que o aluno precisa ter conhecimento da instituição linguística, da instituição social que é a língua e de como ela funciona, com o fito de utilizá-la adequadamente. Reforça-se que usar a língua de forma adequada é ajustar seus usos ao contexto em que as interações ocorrem.

Por último, podem ser construídas habilidades cognitivas, tendo em vista que a apropriação do conhecimento se dá por meio de reflexões. Esse objetivo é coerente com a noção encontrada ainda em Travaglia (2009, p. 20), quando o pesquisador afirma que o ensino da teoria gramatical contribui para o desenvolvimento de um modo de pensar científico. Com esse modo de pensar, os estudantes podem participar de forma ativa da construção dos conhecimentos linguísticos que são trabalhados em sala de aula.

A partir desse ponto de vista, não restam dúvidas relacionadas à necessidade de que o ensino de gramática deve ser considerado no processo de ensino e aprendizagem de qualquer língua materna. Todavia, é importante que se estabeleçam metas e métodos que resultem em aprendizagens significativas e efetivas. Visando a isso, ao longo do tempo, vêm sendo publicados documentos – da esfera federal e estadual – que orientam como devem ser abordados os objetos de conhecimentos que tematizam as aulas das quais os estudantes participam. Como exemplo, podem ser citados os sobre os quais serão tecidos alguns comentários a seguir.

O ensino de língua portuguesa no Brasil é balizado por alguns documentos oficiais, dentre os quais se destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998; 2000) e a recente Base Nacional Comum Curricular (2018). Nesses documentos, professores e professoras brasileiros têm acesso a diferentes informações que envolvem a prática de ensino no país, as quais vão desde as concepções adotadas – de língua, linguagem, texto, comunicação etc. – para a orientação da prática pedagógica no Brasil às habilidades que os estudantes devem consolidar ao concluírem a educação básica. Diante disso, é importante que tais documentos se façam presentes em quaisquer

discussões que envolvam o ensino de língua portuguesa, como a discussão que é proposta neste estudo.

Em se tratando do ensino de gramática, que é o foco deste trabalho, os Parâmetros Curriculares Nacionais³ (2000) apresentam posicionamentos bastante claros sobre como os estudos gramaticais devem ser conduzidos no dia a dia escolar dos estudantes brasileiros. Para a época em que foi publicado, o documento apontou como inovação, a fim de que o ensino apresentasse conformidade com os estudos linguísticos contemporâneos, a noção de que o ensino de língua materna na escola deveria partir de reflexões sobre o uso da língua na vida e na sociedade. A defesa dessa ideia contribui – ainda hoje – para uma possível revolução na forma como os aspectos gramaticais da língua devem ser abordados na escola, visto que, conforme se denuncia no texto orientador, percebia-se um ensino centrado “no entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal”, o que traz como consequência o fato de que “descrição e norma se confundem em análise da frase, essa deslocada do uso, da função e do texto” (BRASIL, 2000, p. 16).

Diante disso, nota-se a aproximação dos pressupostos presentes no documento oficial supracitado com o que vinha sendo produzido nos ambientes acadêmicos em se tratando dos estudos linguísticos. As ideias de Neves (2019, p. 49), por exemplo, vão ao encontro das ideias divulgadas por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, quando a autora afirma que

3 Ressalta-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram publicados em duas etapas: no ano de 1998, publicaram-se as orientações voltadas para o ensino fundamental e, em 2000, as orientações concernentes ao ensino médio. Sendo, pois, o objetivo deste estudo é promover reflexões acerca do ensino de gramática no ensino médio, considerando-se o segundo documento.

[...] é a língua em funcionamento que tem de ser objeto de análise em nível pedagógico, já que a compartimentação da gramática como disciplina desvinculada do uso da língua tem sido um dos grandes óbices à própria legitimação da gramática como disciplina com lugar no ensino de língua portuguesa.

As ideias da autora são coerentes com as orientações vigentes, porque não há justificativa plausível para se estudar um conjunto de regras que não servem de forma concreta às práticas sociais em que os estudantes se inserem de modo constante. Associar, então, o ensino dos recursos gramaticais disponíveis em uma língua às situações em que seus possíveis usos se fazem necessários é uma estratégia que contribui para o reconhecimento do estudo da gramática como algo essencial para o exercício pleno da cidadania, como prevê o artigo 22 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996).

Nota-se, assim, o destaque à natureza social e interativa da linguagem, que se opõe a concepções tradicionais, que deixam de lado os usos concretos da língua. Para Possenti (2012, p. 21), é indispensável assumir uma concepção de língua para que se conceba um projeto de ensino bem-sucedido. Reconhecer a natureza interacionista da linguagem implica em reconhecer a inerente influência que os participantes de uma interação exercem uns sobre os outros durante uma troca comunicativa. Antunes (2014, p. 20) esclarece essas ideias afirmando que “uma ação de linguagem é, em qualquer condição, um fazer, um agir de um com o outro, de um para o outro, no sentido de que a finalidade última do que é dito é gerar uma resposta no outro”.

O impacto dessas ideias no ensino de gramática é relevante. Lopes (2020, p. 19) relembra que a gramática é “um dos constituintes que compõem a língua, que, se assumida de acordo com o que preconiza

a concepção interacionista da linguagem, contará com uma gramática que não se constitui sozinha ou alheia às atividades verbais realizadas pelos falantes”. Desse modo, não se pode, pois, reduzir as aulas de gramática a momentos em que são repassadas, de modo maçante, nomenclaturas e classificações de termos presentes em frases soltas que nada têm a dizer ou a momentos em que os estudantes são orientados no que diz respeito a uma forma de falar e de escrever bem, sendo apresentados, dessa forma, a uma língua inflexível, cujos diferentes e observáveis usos são desconsiderados, “como se falar e escrever bem fosse apenas uma questão de falar e escrever corretamente, não importando o que se diz, como se diz, quando se diz, e se tem algo a dizer” (ANTUNES, 2003, p. 33).

Conforme Mendonça (2006), nesse contexto de mudança, motivado pela publicação de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais, é perceptível que duas perspectivas se mesclam nas salas de aula brasileiras quando o assunto são as práticas de ensino de português: “o jeito ‘tradicional’ de ensinar gramática ainda está presente, ao passo que novas práticas também já são encontradas” (MENDONÇA, 2006, p. 200). Uma das heranças desse “jeito tradicional” se relaciona com a seleção dos conteúdos que são trabalhados durante a etapa do ensino médio. A autora cita as análises fonética e morfológica, a análise sintática de períodos e uma revisão geral voltada para o vestibular, no primeiro, no segundo e no terceiro ano do ensino médio, respectivamente. A autora reconhece a lógica de tal organização curricular, pautada em uma “sucessão de unidades a serem analisadas, cada vez mais complexas do ponto de vista morfossintático: da palavra para a oração; da oração, para o período” (MENDONÇA, 2006, p. 201). Contudo, nota-se que não se chega à

unidade maior, por meio da qual os sujeitos, de fato, interagem, que é o texto, nem se consideram aspectos discursivos.

Os PCN (1998), por sua vez, sugerindo as “novas práticas”, sustentam que o estudo da gramática deve ser enxergado como uma estratégia para a compreensão, para a interpretação e para a produção de textos, crença esta que atribui aos textos um papel decisivo nas aulas de língua portuguesa, sobretudo nas aulas voltadas para os estudos gramaticais. Nas orientações voltadas para o ensino fundamental, que reverberam no ensino médio, assevera-se que:

Nessa perspectiva, não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto. (BRASIL, 1998, p. 23)

Apoiando tais pressupostos, Mendonça (2006, p. 206), aponta que “o estudo dos fenômenos linguísticos em si perde sentido, pois se considera que a seleção e o emprego de certos elementos e estratégias ocorrem afora as restrições óbvias do sistema linguístico, em consonância com as condições de produção do texto”, ou seja, essa estratégia relega a segundo plano todos os elementos que fazem parte de tal contexto.

Outro documento que deve ser alvo de discussões é a BNCC (2018), publicado em 2018 e sendo, pois, o documento orientador nacional mais recente, apresenta um estreito diálogo com os PCN (1998). No entanto, como diferencial, o documento visa à atualização do documento anterior, tendo em vista as transformações das

práticas de linguagem que se deram com o passar do tempo. Tais transformações envolvem a difusão das tecnologias digitais da informação e da comunicação, por exemplo. De modo geral, de acordo com a Base, os estudantes devem vivenciar experiências “que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens” (BRASIL, 2018, p. 67-68).

Outro ponto comum aos dois documentos é o fato de que o mais recente também defende a centralidade do texto nas práticas de ensino de língua portuguesa, tendo em vista a apropriação de recursos linguísticos para a realização de um uso significativo da linguagem. Isso fica claro quando, ao se referir ao ensino de gramática, o material diz que tal prática deve envolver “os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos” (BRASIL, 2018, p. 80). Assim, considera-se que as reflexões a respeito da gramática devem estar atreladas às práticas de leitura e de produção textual. Além disso, considera-se os efeitos de sentido produzidos pelas diferentes escolhas linguísticas realizadas pelos usuários da língua, assumindo a ideia de que os recursos linguísticos materializados no texto não foram escolhidos ao acaso, mas se fizeram presente para cumprir um determinado propósito comunicativo, contribuindo para que o locutor atinja seu objetivo.

Os documentos concordam também com as ideias referentes à variação e à mudança linguística. Orienta-se que as variedades linguísticas – prestigiadas ou estigmatizadas – sejam legitimadas em sala de aula e sirvam como objetos de reflexão sobre a língua. Lopes

(2019, p. 31) fala da possibilidade de se conceber uma aula de língua portuguesa que enxerga o “erro” dos estudantes não como uma deficiência, mas apenas como uma diferença entre uma variante e outra. Assim, o autor sugere que, ao se deparar com uma regra que não condiz com o que está previsto pela norma-padrão, o professor deve conduzir os estudantes a refletirem sobre dada ocorrência, para que, assim, possam tomar consciência do que aproxima e/ou do que distancia a variante por eles dominadas e a variante detentora de prestígio na sociedade, que será, assim, adquirida sem constrangimentos e de forma produtiva. Essas ideias vão ao encontro do que se conhece por Pedagogia da Variação Linguística, que, de acordo com Zilles e Faraco (2015, p. 9), propõe “um ensino que integre o domínio das variedades linguísticas ao domínio das práticas socioculturais de leitura, escrita e fala no espaço público”.

Coadunando com o que preveem os documentos reguladores, o chamado ensino produtivo de gramática surge como uma possibilidade para a abordagem dos fenômenos que caracterizam a língua. Conforme Travaglia (2009, p. 39), o ensino produtivo apresenta como objetivo trabalhar novas habilidades linguísticas, considerando que os estudantes devem “aumentar os recursos que possui e fazer isso de modo tal que tenha a seu dispor, para uso adequado, a maior escala possível de potencialidades de sua língua, em todas as diversas situações em que tem necessidade delas” (HALLIDAY; MCINTOSH; STREVEENS, 1974, p. 276 apud TRAVAGLIA, 2009, p. 39-40). Ao levar em consideração essas declarações, não se faz coerente um ensino que, pautado em um viés normativo, predominante nas escolas brasileiras, busca alterar de forma arbitrária os padrões que os estudantes já adquiriram. Nota-se a

estreita relação que há entre o ensino produtivo de gramática e o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes, almejada pelos documentos orientadores citados neste trabalho. Então, estudando os aspectos gramaticais por um viés produtivo, os alunos têm a oportunidade de perceber criticamente como escolhas linguísticas específicas podem contribuir para o alcance de determinados propósitos comunicativos e para a construção dos mais diversificados sentidos presentes em um texto.

Uma abordagem que dialoga com o ensino produtivo de gramática e que, conseqüentemente, também está de acordo com os documentos oficiais orientadores é a gramática contextualizada. É importante destacar que, conforme Antunes (2014, p. 39), sendo a gramática um elemento constitutivo da língua, ela é sempre contextualizada, já que tudo o que se diz acontece em uma situação concreta de interação. Define-se, pois, gramática contextualizada como “uma perspectiva de estudo dos fenômenos gramaticais, ou uma estratégia de exploração do componente gramatical do texto, tomando como referência de seus valores e funções, os efeitos que esses fenômenos provocam nos diversos usos da fala e da escrita” (ANTUNES, 2014, p. 46). A professora adverte que, para um estudo efetivo da teoria gramatical, não se pode perder de vista a dimensão global do texto: “é preciso não perder de vista o todo do texto, seu eixo temático, seu(s) propósito(s) comunicativo(s), suas especificidades de gênero: os interlocutores previstos, o suporte em que vai circular etc.” (ANTUNES, 2014, p. 47). Com esses estudos, nota-se a preocupação em se perceber, por exemplo, de que forma um adjetivo contribui para a construção do gênero conto ou de que forma essa mesma categoria contribui para o propósito comunicativo de um artigo de

opinião. Observa-se o papel das categorias gramaticais em cada gênero textual, ou seja, seus papéis situados.

Lopes (2020, p. 9) afirma que outra consequência desse tipo de abordagem é o desenvolvimento do letramento crítico do estudante. Em seu estudo, o autor defende que

[...] como resultado dessa abordagem, formam-se alunos mais competentes no que diz respeito ao uso da língua, capazes de interagir mais eficientemente nas mais diversas situações de interação, realizando escolhas linguísticas condizentes com seus propósitos, o que, por sua vez, proporciona maior vantagem no caminho para o exercício da cidadania. Acreditamos, ainda, que, por meio dessa prática, contribui-se para o desenvolvimento do letramento crítico do aluno, já que ele pode passar a perceber a importância de questionar e refletir sobre as mensagens presentes nos textos com os quais se depara e, assim, realizar uma leitura mais assertiva, atuando de maneira mais ativa nas trocas comunicativas.

É importante, pois, que, diante das orientações oficiais e do arcabouço teórico disponível, possa haver uma reorientação dos métodos empregados para o ensino de gramática. Neves (2017, p. 123) considera a interferência na avaliação do tratamento escolar da gramática da(s) teoria(s) que dirige(m) os princípios e rege(m) as formulações das atividades propostas. Faz sentido apontar, portanto, a importância da formação continuada de professores e da disponibilização de materiais didáticos que apresentem abordagens condizentes com os objetivos estabelecidos para o ensino de língua portuguesa. Em se tratando dos materiais didáticos, mote para a discussão proposta neste estudo, ainda são percebidas abordagens que estão aquém do que se espera.

Neves (2017), ao analisar⁴ livros didáticos de língua portuguesa, chegou às seguintes conclusões: em primeiro lugar, verificou que, no que diz respeito ao estudo de categorias gramaticais, eram organizadas atividades de simples rotulação, reconhecimento e subclassificação de entidades. Essa rotulação é baseada em definições acabadas e absolutas. Para a autora, esse modo de tratamento é “alheio à língua em funcionamento e organizado independentemente dos atos de interação linguística, das funções que se cumprem no uso da linguagem, dos significados que se obtêm no texto, dos efeitos do discurso” (NEVES, 2017, p. 139). Além disso, verificou-se que as atividades se resumiam a expor e a impor parâmetros linguísticos e a realizar análises apenas no nível da oração. Daí a necessidade de análise de materiais didáticos, para que se possam perceber lacunas e, assim, sugerir caminhos para que um ensino efetivo se concretize.

A partir desses pressupostos teóricos, serão analisadas as atividades que compõem o corpus analisado neste estudo. Na seção a seguir, é proposta uma breve discussão sobre os substantivos, categoria escolhida para este estudo, a partir de um viés produtivo e contextualizado, que condiz com as expectativas relacionadas às atividades propostas nos livros didáticos apreciados.

O papel dos substantivos no texto

Tanto os PCN (1998) quanto a BNCC (2018) apontam para um ensino de gramática pautado em análises e reflexões sobre a língua, tendo como meta o aprimoramento das competências dos estudantes

4 Nesta investigação, a autora analisou atividades de gramáticas presentes em livros didáticos aprovados e adotados para uso no Brasil, escolhidos aleatoriamente, levando em conta apenas aqueles que mestrandos e doutorandos da classe de pós-graduação declararam ser de uso nas escolas em que atuavam como professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Nas sete coleções didáticas que compuseram o *corpus*, observou-se o tratamento dado às categorias gramaticais.

voltadas para a compreensão e produção de textos, na modalidade oral ou escrita da língua. Dentre os paradigmas que orientaram ou orientam os estudos linguísticos e, por conseguinte, o ensino de língua portuguesa no Brasil, é o funcionalismo que dá conta da abordagem defendida neste trabalho. Oliveira e Wilson (2015, p. 82) explicam:

O trabalho analítico e reflexivo sobre a língua tem como ponto básico e inicial a observação das estruturas mais regulares verificadas no desempenho discursivo. Ora, o que se está propondo é, na verdade, a investigação dos usos linguísticos como um contínuo, é a concepção maleável e relativamente instável da gramática, tal como o faz a abordagem funcionalista.

Assim, encontram-se nos pressupostos funcionalistas as possibilidades de tratamento dos mais diversos fenômenos linguísticos, considerando todas as suas potencialidades. Neves (2017, p. 125) salienta, por sua vez, que esta teoria “constitui uma proposta de reconhecimento e observação do legítimo estatuto que se possa conferir às classes de entidades da língua, ficando facilmente evidenciada a importância dos princípios funcionalistas no cumprimento das funções [...]”. O funcionalismo busca relacionar a estrutura gramatical da língua e os diversos contextos em que ela é usada. Ao reconhecer que a linguagem se constitui como um instrumento de interação social, a Linguística Funcional se interessa por buscar na situação comunicativa a motivação para os fatos da língua, ou seja, tais fatos passam a ser explicados ao se considerarem, não apenas questões internas à língua, mas, sobretudo, questões externas, que envolvem os interlocutores envolvidos, seus propósitos comunicativos, bem como os contextos em que se inserem. E sob esta ótica que se realiza este trabalho.

Neves (2018, p. 15) define Gramática Funcional ou Funcionalismo como “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que [...] entende a gramática como suscetível às pressões do uso”. Assumir essa postura requer também a percepção de que não se pode realizar um estudo eficiente da língua sem considerar seu efetivo uso. Com isso, fica explícito o porquê de ser o texto, percebido em sua completude, o principal objeto de trabalho, já que é ele “a manifestação viva da linguagem” (FARACO; CASTRO, 1999, p. 110). Faraco e Castro (1999, p. 110) defendem que

[...] ao elegerem o texto como objeto central do ensino, eles [pesquisadores e professores de língua] estão implicitamente sugerindo um outro entendimento do que vem a ser a linguagem. Agora, ao invés de um olhar monológico sobre a relação do ser humano com a linguagem, temos uma proposta que assume, mesmo que implicitamente, que o aprendizado com a linguagem se dá por meio do uso que fazemos dela na interação (oral ou escrita) que estabelecemos com o outro, seja ele real ou virtual.

Diante do exposto, propõe-se nesta seção uma breve discussão sobre a categoria dos substantivos, sob uma ótica funcional. Para tanto, foram consultados os estudos de Neves (2018) e de Castilho (2019), nos quais os respectivos autores descrevem os usos dos substantivos no português brasileiro.

Apresentando a noção de substantivo para os leitores, Neves (2018) explora essa categoria gramatical a partir de três aspectos: o semântico, o sintático e o textual/discursivo. No que diz respeito à configuração semântica, a autora ensina que os substantivos apresentam algumas propriedades constitutivas, “o que uma

‘coisa’ é?”, traços de aparência, “como aquela coisa é?”, e traços de funcionalidade, “para que uma coisa serve?”. Ao considerar essas propriedades, pode-se chegar a uma configuração semântica de um elemento que é nomeado por um substantivo.

Do ponto de vista sintático, enfatiza-se o papel da categoria gramatical em estudo no sintagma nominal, ou seja, “o sintagma que tem como núcleo um nome/um substantivo⁵” (NEVES, 2018, p. 225). A fim de descrever o sintagma nominal em sua totalidade, Castilho (2019, p. 455) cita, além do núcleo, os seguintes elementos: os especificadores e os complementadores. Estes compreendem os sintagmas adjetivais, os sintagmas preposicionais e as sentenças relativas, enquanto aqueles compreendem os artigos, os pronomes adjetivos, os numerais, além de expressões qualitativas e delimitadoras.

Finalmente, aponta-se para a propriedade dos substantivos de fazer referência a algo em um discurso. A autora fala sobre o fato de que os substantivos podem referenciar de formas diferentes: pode-se fazer uma referência genérica ou mais específica, caso o substantivo seja comum ou próprio, respectivamente. Castilho (2019, p. 469) aponta que essa é uma propriedade básica dos substantivos, afirmando, ainda, que isso faz desse grupo de palavras uma categoria detentora de um papel importante no texto. Por meio dos substantivos, podem ser empreitadas diferentes estratégias de referência textual: a inserção de um novo tópico discursivo; a derivação referencial por evocação, inferência e repetição, além do encadeamento temático.

Castilho (2019, p. 469) explica que “a língua opera com um conjunto de expressões sinalizadoras de que um novo assunto, bem

5 Castilho (2019, p. 453) relembra que os pronomes também atuam como núcleo do sintagma verbal, sendo uma classe dêitica, fórica ou substituidora, enquanto os substantivos são núcleos de base designadora.

como suas subdivisões, está sendo trazido à baila. Os substantivos integram essas expressões”. O autor fala sobre o papel dos substantivos na construção do que ele chama de quadro tópico, ou seja, “o conjunto dos tópicos ou assuntos que movimentam um texto” (CASTILHO, 2019, p. 470), em que os substantivos podem ser novos, repetidos ou inferidos. Além disso, o quadro tópico contribui para a configuração do que se chama status informacional do texto, “comportando as informações dadas, sabidas, já contidas no texto ou ocorrentes no contexto, e as informações novas, não sabidas, não vinculadas no contexto” (CASTILHO, 2019, p. 470).

Outra estratégia de referenciação que ocorre com o auxílio dos substantivos é a derivação referencial. Esta estratégia designa o processo de constituição do texto segundo o qual as referências vão se relacionando, já que, por meio delas, são criados espaços mentais, seja por repetição, seja por inferência. Para esclarecer essa ideia, expõe-se o seguinte exemplo:

- (1) A cearense *Ana Alice Teixeira* Freire [...] foi uma das *candidatas* a tirar *nota* mil na redação do *Exame Nacional do Ensino Médio* (Enem) 2022. As notas do *exame* foram divulgadas nesta quinta-feira (9). Para a *adolescente*, o repertório sociocultural construído desde pequena foi um dos diferenciais que a levaram à nota mil na redação do Enem [...] ⁶.

No excerto, as palavras e expressões em destaque introduzem e retomam informações. Nesse caso, “Ana Alice Teixeira” e “Exame Nacional do Ensino Médio” constituem-se como informações novas. Essas informações são retomadas por meio de *adolescente* e *exame*, respectivamente, termos que se apresentam como informações

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/educacao/noticia/2023/02/09/cearense-de-17-anos-e-nota-mil-na-redacao-do-enem-2022.ghtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

velhas, derivadas por sinonímia. As palavras “candidatas” e “nota” são também consideradas informações velhas, porém, são derivadas por inferências, possibilitadas pelo espaço mental projetado pelos tópicos inseridos no texto. Ressalta-se que os termos em destaque são categorizados como substantivos.

Por fim, é explicada a estratégia do encadeamento temático. Por meio dos substantivos, podem ser construídos esquemas segundo os quais os textos se organizam. Dentre os esquemas, pode ser percebido o tema caótico, quando não há uma fixação em determinado tema. Normalmente, isso ocorre em situação de fala não planejada. Há também o tema constante, em que o tema é sempre o mesmo e pode ser introduzido por um substantivo e retomado por pronomes ou zeros (elipse). O tema derivado, por sua vez, ocorre quando o tema da primeira sentença fornece o tema da sentença seguinte e, por último, o tema fendido, que ocorre quando o primeiro tema se desdobra em diferentes temas sentenciais.

Com isso, nota-se que as discussões sobre os substantivos em sala de aula deixam de lado muitos aspectos, sobretudo aqueles que dizem respeito às diversas contribuições que essa categoria oferece para a leitura e para a produção de textos. Castilho (2019, p. 455) chega a dizer que “os substantivos são o fundamento do texto, pois não se pode construir um texto sem utilizar essa classe”. Isso traz à tona a ideia de que não se pode reduzir as discussões sobre essa classe a uma definição que não considera os diferentes aspectos que a envolvem ou as suas flexões de número e gênero, caracterizando uma prática pedagógica em que só se tematizam regras e que em nada contribuem para a competência comunicativa dos estudantes. Retomando o estudo de Neves (2017, p. 128), vale apontar que, ao

analisar as propostas de atividades sobre os substantivos nos livros didáticos que compuseram o corpus de sua pesquisa, a autora verificou que as atividades concebem os substantivos apenas do ponto de vista nocional, alegando que tais palavras, de forma superficial, nomeiam “seres” tudo o que existe ou é inventado. Além disso, “a questão da relativa fluidez do conceito da categoria substantivo (especialmente pelo seu compartilhamento de propriedades com a do adjetivo) é completamente ignorada”, demonstrando, assim, uma abordagem que demonstra uma língua rígida, que não está sujeita aos usos que os falantes fazem dela.

Para um ensino produtivo e contextualizado da classe dos substantivos, é indispensável que tal classe seja explorada tendo em vista as diferentes funções que pode exercer nos textos. Os substantivos muito têm a oferecer, mas, para isso, os estudantes devem ser convidados a tomar consciência de todas essas funções. Devem perceber, por exemplo, que em textos narrativos, os substantivos introduzem personagens e, ao longo dos acontecimentos, por meio de outros substantivos, são retomados e atualizados, o que contribui para a continuidade e para progressão da história. Em textos dissertativos e/ou argumentativos, os tópicos são apresentados e retomados por meio dessas palavras. Sabendo disso, os estudantes terão à sua disposição um importante recurso para que se atinjam diferentes propósitos comunicativos.

Nesta seção, foi apresentada a categoria dos substantivos a partir de estudos de vieses funcionalistas, a fim de que se tenha uma noção do que se deve esperar dos materiais didáticos disponíveis no que diz respeito ao tratamento dado à categoria em questão. Na seção a seguir, serão abordados os aspectos metodológicos que orientaram a produção deste trabalho.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem como objetivo analisar o tratamento dado à categoria dos substantivos em um livro didático de língua portuguesa do Ensino Médio. Para que esse objetivo seja cumprido assume-se a orientação metodológica de uma pesquisa qualitativo-interpretativa. Trata-se, ainda, de um estudo descritivo, de caráter documental e bibliográfico, já que compõe o corpus deste estudo uma sequência de atividades de gramática que abordam os substantivos presentes em um livro didático de língua portuguesa.

O presente trabalho analisa uma sequência de atividades que tratam da classe gramatical dos substantivos presente em um livro didático de língua portuguesa aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático do ano de 2020. A escolha do livro se deu conforme a disponibilidade do material e a presença do objeto de conhecimento elencado entre aqueles que orientaram a produção das atividades presentes nos livros. Considerando esses critérios, escolheu-se o livro *Se liga nas linguagens: português* (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020)⁷.

A análise consistiu em verificar as abordagens de ensino de gramática nas atividades sobre os substantivos na obra indicada. Para isso, buscou-se verificar os pontos de convergência e/ou divergência entre o que é proposto pela obra escolhida e os pressupostos dos documentos orientadores oficiais e os estudos linguísticos mais contemporâneos que envolvem a língua portuguesa. Na seção a seguir, apresenta-se a análise proposta neste artigo.

7 O material se encontra no Plano Nacional do Livro Didático do ano de 2020. Considerou-se, para a escolha do material, o fato de que os livros disponíveis respondem a um edital, apresentando, assim, um padrão. Isso faz com que cada um deles seja representativo para análises como a que é aqui proposta.

ABORDAGEM DA CLASSE GRAMATICAL DOS SUBSTANTIVOS EM UM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO NOVO ENSINO MÉDIO

A categoria gramatical dos substantivos é um objeto de conhecimento que, de acordo com a BNCC (2018), deve ser estudada ao longo de toda a etapa do ensino fundamental, tendo em vista seus diferentes aspectos: semântico, sintático e textual/discursivo, os quais já foram discutidos neste trabalho.

O documento é claro quando expõe as habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da vida escolar. Percebe-se que o documento enfatiza tanto os aspectos semânticos e sintáticos, o que é verificado quando se diz que o estudante deve estar apto a “conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência)” (BRASIL, 2018, p. 83), quanto nos aspectos textuais, elucidados em habilidades como “recuperar relações entre partes de um texto, identificando substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos – pessoais, possessivos, demonstrativos) que contribuem para a continuidade do texto” (BRASIL, 2018, p. 113) ou “estabelecer relações entre partes do texto, identificando substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos – pessoais, possessivos, demonstrativos), que contribuem para a continuidade do texto” (BRASIL, 2018, p. 175).

Como já exposto, as habilidades utilizadas para ilustrar as ideias defendidas quanto ao que se deve ensinar sobre os substantivos nas aulas de língua portuguesa são referentes ao ensino fundamental. No entanto, é válido lembrar que tais habilidades não podem ser

esquecidas e devem ser trabalhadas também no ensino médio, já que não se pode garantir que todos os alunos as tenham desenvolvido. No documento, pode-se ler, ainda, que, no ensino médio, “a Base Nacional Comum Curricular da área de Linguagens e suas Tecnologias busca consolidar e ampliar as aprendizagens previstas na BNCC do Ensino Fundamental nos componentes da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2018, p. 481). Diante disso, é essencial que o trabalho com os substantivos – e com quaisquer categorias gramaticais cuja investigação contribui para o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes – deve ser considerado também na etapa do ensino médio.

A sequência de atividades a ser analisada faz parte do livro didático *Se liga nas linguagens: português* (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020). O material analisado, dentre os recursos a serem adotados no Novo Ensino Médio, enquadra-se na categoria das obras específicas, categoria que contempla os componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, cujo ensino é obrigatório ao longo dos três anos do ensino médio. A obra é, essencialmente, dividida em duas partes⁸: primeiro, ressalta-se o ensino de literatura e, em seguida, o ensino de análise linguística/semiótica. Nesta última, os autores se comprometem a promover reflexões sobre a língua, associando-a à operação de leitura, ancorando-se “nas especificidades dos diversos

8 Há momentos em que o eixo oralidade é considerado ao longo do material. Os eixos de leitura e produção escrita, especificamente, pelo que se pode compreender a partir das orientações de uso da obra, são enfatizados nos volumes destinados à área de linguagens como um todo. São seis volumes, que podem ser trabalhados durante o ensino médio e que completam a coleção do qual o material estudado faz parte. Os autores explicam: “Embora tenhamos optado, nesta obra didática específica, por abordar exclusivamente as frentes de literatura e de análise linguística/semiótica, como mencionamos, procuramos explorar todas as habilidades previstas para os cinco campos de atuação social. [...] Nos outros seis volumes, que completam essa coleção, apresentam-se atividades [...] que resgatam o trabalho com gêneros textuais, desenvolvido no ensino fundamental – anos finais (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 8).

textos sob análise, cujas condições de produção são levantadas para se identificar o conteúdo e as ideologias incorporadas, bem como para se pensar nas opções linguísticas do produtor do texto e nos efeitos obtidos por elas” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 8). Os autores também salientam que a descrição gramatical é realizada em um contexto de construção global do sentido do texto. Sendo assim, a proposta aponta para os pressupostos teórico-metodológicos de um ensino produtivo e contextualizado de gramática. As atividades propostas serão detalhadas a seguir.

No capítulo em que são abordados, os substantivos dividem espaço com os adjetivos. A junção das duas categorias em um capítulo é justificável, já que, de acordo com Castilho (2019, p. 454), os substantivos e os adjetivos, na tradição gramatical, eram, ambos, designados como nomes. Essa designação ainda hoje é mantida, se considerado o termo “sintagma nominal”. Aponta-se também para a ideia de que substantivos e adjetivos compartilham diferentes traços mórficos: compartilham vogais temáticas, têm o mesmo processo de flexão de número e de gênero e podem apresentar casos de homonímia, em que, a depender do contexto, uma mesma palavra pode desempenhar o papel de substantivo ou de adjetivo. Essa relação, sobretudo a que envolve o ponto de vista morfológico, foi explicitada para o estudante, o que contribui para a tomada de consciência acerca dos traços que aproximam dadas categorias.

A atividade de abertura tem por objetivo conceituar as referidas classes gramaticais. É utilizado um trecho do romance *Semírames*, de Ana Miranda. No trecho, a narradora do romance comenta sobre os substantivos e sobre os adjetivos, apresentando, a partir de uma linguagem literária, os seus respectivos conceitos. Após a leitura, os

estudantes são convidados a responder a alguns questionamentos, a partir dos quais, a conceituação prevista pelos autores do material em análise toma forma. A atividade é ilustrada com a imagem a seguir:

Figura 01: Atividade de abertura – apresentação dos conceitos

Pra começar  Introduziremos o estudo do substantivo e do adjetivo com um trecho de romance crito por Ana Miranda, cuja obra associa o registro ficcional e o histórico. Sugerimos você aproveite essa referência para promover uma discussão inicial sobre a escrita liter

No trecho a seguir, retirado de um romance, você lerá um comentário sobre substantivos e adjetivos feito pela personagem Semíramis, que está analisando uma obra do escritor cearense José de Alencar (1829-1877), um dos principais nomes do Romantismo brasileiro. Nesse romance, Semíramis conviveu com Alencar quando ele ainda era menino. Ela o chamava de Cazuzinha.

Que livro belo, amoroso, equilibrado, casto, vasto, eterno... Fiz uma lista de adjetivos que Cazuzinha usava no romance: bravio, líquido, alvo, ensombrado, e numa só frase: verde, impetuoso, aventureiro, manso. Afoito rápido fresco frágil jovem branco selvagem intermitente vibrante, fugitivo, tênue, inocente, agro, lindo, fosco, brioso, ativo revoltoso branco airoso... isso só no primeiro capítulo. Cansei-me, a lista era longa. Padre Simeão dizia que os adjetivos são divinos, sagrados. São os adjetivos que dão a medida das cousas, o substantivo é real, parco, limitado. O substantivo é a substância, matéria, o adjetivo é espírito, é a transcendência do pensamento. A humana capacidade de julgar, compreender, se expressa nos adjetivos. Por exemplo, substantivo: *padre*. E adjetivo: *padre matreiro*. Astuto. Matraqueado.

MIRANDA, Ana. *Semíramis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Fragmento).

2. Para o padre Simeão, os adjetivos expressam o ponto de vista do falante, seu pensamento, enquanto o substantivo, mais limitado, apenas nomeia a realidade.

 1. Muitos leitores atuais criticam a excessiva adjetivação nos romances de José de Alencar. Ao afirmar que se cansou, Semíramis concorda com essa crítica? Justifique. Não. Ela relaciona os adjetivos a um livro que está elogiando e, na continuidade do texto, retomando as palavras do padre, menciona e explica o alto valor deles.

2. Segundo padre Simeão, o que diferencia os adjetivos dos substantivos?

3. O exemplo “*padre matreiro*” prova com clareza a distinção que o religioso faz entre substantivos e adjetivos? Justifique.

Fonte: ORMUNDI; SINISCALCHI (2020).

No trecho, é citada, sem aprofundamento, a importância dos adjetivos para o texto. Embora essa categoria não seja o foco desta análise e a atividade ilustrada seja introdutória, vale indicar que faltam recursos para que o estudante compreenda de fato a importância

dos adjetivos para a construção dos sentidos do texto. Escolheu-se um texto literário de sequência narrativa, em que os adjetivos contribuem, por exemplo, para a construção de personagens, para a caracterização de tempo e de espaço. Esses aspectos poderiam ter sido abordados, mas não foram, o que faz com que os alunos saibam que os adjetivos são importantes, mas não saibam o porquê disso. Importância igual têm os substantivos para os textos desse segmento, uma vez que são eles os responsáveis por inserir e retomar os referentes – personagens, por exemplo – no texto. Essa propriedade não foi abordada e essa importância, assim como foi feito com os adjetivos, não foi mencionada.

Nas questões seguintes, as ideias são desenvolvidas considerando-se aspectos específicos dos substantivos e dos adjetivos. Na segunda questão, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre o que diferencia os adjetivos e os substantivos. No texto sugerido como mote, os substantivos são abordados a partir de sua propriedade semântica, pois aponta-se, apenas, para o fato de que o substantivo “nomeia a realidade”. Mais uma vez, a abordagem dos adjetivos é privilegiada, pois, a partir do texto sugerido e da expectativa de resposta, os adjetivos expressam o ponto de vista do falante, apontando, aqui, para o fenômeno da modalização. A terceira questão, finalmente, é apresentada como um meio de se comprovar a ideia construída na questão anterior. Visto que, por meio do sintagma indicado, “padre matreiro”, os estudantes são levados a notar o papel do substantivo, que, de acordo com a expectativa de resposta, é “apenas identificar um cargo religioso”, ao passo que o do adjetivo é acrescentar a dado termo uma característica específica.

Após a discussão proposta, apresenta-se um conceito de substantivo para os estudantes. No material, “substantivo é a palavra que nomeia seres, objetos, lugares, instituições, ações, sentimentos, estados, qualidades e conceitos. Pode se flexionar em gênero e número e funciona como termo determinado, ao qual se associam os textos determinantes” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 203). A partir dos exercícios e da definição apresentada, nota-se que dentre os aspectos dos substantivos que podem ser elucidados, enfatizam-se o semântico e o morfossintático, sendo o textual, nesse momento da proposta, relegado a segundo plano. Diante disso, nota-se que as orientações previstas pela BNCC (2018) são, neste aspecto, seguidas em parte, já que se considera para a definição as propriedades sintático-semânticas em detrimento das textuais.

A seção seguinte é nomeada da seguinte maneira: “Substantivos e adjetivos na prática”. Esta seção, de acordo com a proposta dos autores,

[...] leva o estudante a articular o conhecimento que começou a mobilizar nas partes anteriores para entrar em contato com atividades que envolvem confirmação, ampliação e aprofundamento e estão focadas nos efeitos de sentido, na costura entre as partes do texto com vistas à retomada ou à progressão, na articulação das linguagens, no reconhecimento dos pontos de vista implícitos etc. (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 16)

Assim, pressupõe-se que, na ordem, após a apresentação dos conceitos, são propostas atividades que oportunizam os estudantes a refletir sobre a aplicação de tais conceitos e sobre como as categorias em análise servem aos textos apresentados. Na seção, são apresentadas duas questões, elaboradas a partir de dois textos multissemióticos, cujos sentidos estão estreitamente relacionados

aos substantivos – e aos adjetivos – empregados. A seguir, ilustra-se a primeira questão.

Figura 02: Atividade de consolidação – parte 1

**Substantivo e adjetivo NA PRÁTICA**

1. Leia o cartum da ilustradora gaúcha Fabiane Bento Langona, conhecida como Chiquinha.

- a) A que se refere, fora do contexto do cartum, a expressão “patrimônio da humanidade”?
- b) O que justifica a inserção de “colinho de mãe” entre os bens que são patrimônio da humanidade?
- c) De que maneira o cartum ilustra essa ideia?
- d) As expressões “de mãe” e “da humanidade” podem ser substituídas por palavras únicas. Quais são elas?
Os adjetivos materno (ou maternal) e humano.
- e) As duas substituições poderiam ser feitas no texto do cartum, sem alteração de seu sentido? Justifique.



Fonte: Ormundi; Siniscalchi (2020).

A questão aborda tanto a categoria dos substantivos quanto a categoria dos adjetivos. Para a otimização da presente análise, consideram-se os itens “a” e “b”. No texto, uma personagem demonstra alegria e satisfação por reencontrar sua mãe, após um período fora, o que se sugere pela presença de uma mala de viagem na figura. A parte verbal do texto é composta por um enunciado que apresenta dois sintagmas nominais: “colinho de mãe” e “patrimônio da humanidade”. O primeiro é definido e, portanto, retomado pelo segundo. Essa organização denuncia a opinião do autor, para quem o “colinho de mãe” é algo de muita importância, que deve ser valorizado. É importante observar que a argumentação em favor dessa tese é construída a partir

da inserção da expressão referencial “patrimônio da humanidade”, cujo núcleo é um substantivo. No texto, os sintagmas nominais são utilizados para a apresentação de uma ideia e de uma argumentação em prol dela, fato que é abordado, mas não analisado de modo que fique claro para o estudante que, em um texto, os substantivos servem a esse fim. Os aspectos textuais defendidos pela Base (2018) são, então, aqui considerados. Defende-se, pois, que todas as atividades devem contar com propostas que auxiliem os estudantes a avaliarem de forma consciente os diversos usos linguísticos. O segundo texto apresentado na seção também se constitui como uma oportunidade para se trabalhar o papel referencial dos substantivos nos textos.

Figura 03: Atividade de consolidação – parte 2

2. Leia uma história em quadrinhos dos paulistas Fábio Moon e Gabriel Bá.



2a. Dialogam com as tradicionais narrativas de aventura, de valor moral.

- Com que tipo de narrativa a imagem e a fala do primeiro quadrinho dialogam?
- Que associação o leitor deve construir entre esse primeiro quadrinho e os outros cinco? O primeiro quadrinho apresenta uma ordem de busca do que é mais precioso, cuja resposta é dada individualmente por cada um dos personagens dos demais quadros, sugerindo valores pessoais.
- Considerando a ordem dada ao pássaro, explique por que as respostas dos cinco personagens estão centradas em substantivos.
- O substantivo *bróder* formou-se a partir de um termo emprestado da língua inglesa. Identifique a palavra que lhe deu origem e a variedade linguística em que ele ocorre.
- A que substantivo abstrato *bróder* remete? Ao substantivo abstrato *amizade*.

Fonte: ORMUNDI; SINISCALCHI (2020, p. 205).

No primeiro quadrinho, é introduzido por meio de um sintagma o seguinte referente: “o que você encontrar de mais precioso”. Retomam esse referente às expressões cujos núcleos são substantivos: “família”, “Shelby”, “bróder”, “casa” e “memória”. Ainda que essa função esteja evidente no texto proposto, optou-se, por meio do item “c”, abordar ainda o aspecto semântico, como se pode ver na expectativa de resposta: “A expressão ‘o que’, usada na ordem, cria a expectativa de uma resposta centrada na indicação de um ser ou objeto, função exercida pelos substantivos” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 205). Sugere-se, pois, nesse sentido, o acréscimo de um questionamento que levaria os estudantes a perceberem que, além de nomear seres etc., além de funcionarem como núcleo do sintagma nominal, os substantivos contribuem para a inserção e retomada de elementos no texto, contribuindo, assim, para sua progressão e continuidade⁹.

AS FLEXÕES DOS SUBSTANTIVOS

Ainda no capítulo analisado nesta seção, é abordado outro objeto de conhecimento: as flexões¹⁰ dos substantivos. Parte das atividades propostas se dedica à apresentação das regras que orientam às flexões do substantivo, conforme prevê a norma-padrão da língua portuguesa. Apresentam-se, nesses momentos, tanto as regras gerais quanto alguns casos específicos que envolvem dados assuntos. Afora isso, chamam atenção algumas orientações destinadas aos alunos e aos professores, em seus respectivos manuais. Em primeiro lugar, os

9 Cavalcante et. al. (2022, p. 273) relembra que “os referentes se mantêm (ou têm continuidade) no texto, mas também tendem a se transformar (ou a ter progressão), adquirindo novos contornos de sentido em conformidade com o gênero, como as posições enunciativas do locutor, com os propósitos argumentativos e retóricos, dentre outros motivos”. Trata-se do fenômeno da recategorização, o qual conta com os substantivos para acontecer.

10 No capítulo em análise, a flexão de gênero é abordada no estudo do adjetivo. No caso dos substantivos, consideram-se mais as flexões de número e grau. Por isso, são essas flexões enfatizadas na presente descrição e análise.

autores encorajam a consulta de determinadas regras em caso de dúvidas nos momentos de produção textual. Tal orientação mostra que a memorização perde espaço e que o aluno tem a sua disposição recursos aos quais recorrer para ter acesso às variantes prestigiadas da língua. As palavras dos autores são esclarecedoras: “aproveitamos para explicar que a apresentação, neste capítulo, de um conjunto de regras não tem como objetivo propor a memorização; pretendemos que os alunos tenham material confiável e prático de consulta” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 205). Em segundo lugar, os autores apresentam uma abordagem da flexão¹¹ de grau mais condizente com a realização concreta de dado fenômeno. Tradicionalmente, apresentam-se os graus do substantivo relacionando-os, sobretudo, à ideia de tamanho. Os autores ensinam, pois, que

[...] o grau é um fenômeno associado à semântica. Por meio dele, expressam-se não apenas a noção de tamanho, primeira a ser associada à palavra grau, mas também as noções de intensidade, quantidade, hierarquia e avaliação, bem como atitude afetiva, determinadas no contexto da comunicação. (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 207)

O encontro dessas abordagens aponta para um caminho muito profícuo no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa nas escolas. Diante de muitas transformações que resultam em novas exigências, não se deve pensar que atividades de metalinguagem

11 É oportuno salientar que Gonçalves (2011) chama a atenção para o fato de que a gradação morfológica que pode ser expressa pelas variações de grau está mais relacionada a um processo de derivação do que de flexão. O autor cita que, atualmente, não há consenso quanto ao status morfológico do grau em língua portuguesa: há obras em que o grau é apresentado em capítulos que se dedicam a tratar dos processos de formação de palavras, no entanto há outros que seguem a tradição gramatical, reconhecendo dado fenômeno como flexional. Ormundo e Siniscalchi (2020, p. 207) optam por manter os aspectos morfológicos de grau atrelados à tradição gramatical. Gonçalves (2011, p. 165), tendo em visto o impasse exposto, indica que uma das soluções seria desvincular a abordagem do grau da abordagem do gênero e do número.

devem ser excluídas da prática de ensino de línguas. Elas podem e devem ser trabalhadas, no entanto, não devem ser a única forma de trabalho, uma vez que é a reflexão sobre os aspectos linguísticos – não a leitura passiva de um conjunto de regras – que levará os estudantes à apreensão significativa dos mais variados recursos linguísticos.

Dando continuidade à análise, vale salientar que os autores, além de apresentarem as regras que envolvem as flexões dos substantivos, também promoveram atividades que levam à percepção de como esses fenômenos atuam como recursos expressivos, considerando seus papéis no texto, o que é uma das maiores expectativas em se tratando das atividades de gramática. Para exemplificar, mostra-se uma atividade em que o grau diminutivo do substantivo é um recurso importante para a construção do sentido do texto escolhido para ser trabalhado na atividade.

Figura 04: Atividade de consolidação – parte 3

 **Gênero, número e grau NA PRÁTICA**

1. Analise o card reproduzido abaixo, distribuído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A fluidez dos gêneros digitais, desenvolvida a partir do avanço da internet, resulta, em alguns casos, em certa indefinição no uso de termos que designam suporte e gênero. Usaremos os termos correntes.



a) Esse card divulga uma decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Explique, com suas palavras, a situação que foi julgada.

b) O termo *doguinho* é um hibridismo. Como ele foi formado?

c) O valor do diminutivo em *doguinho* pode traduzir diferentes avaliações. O que é sugerido por seu uso no contexto do card? Qual valor seria sugerido caso o termo fosse usado pelos acusados?

d) Explique por que há afinidade entre a escolha das letras usadas no card e a imagem escolhida.

Fonte: ORMUNDI; SINISCALCHI (2020).

Chama-se atenção para o item “c” da atividade, em que os estudantes são convidados a refletirem sobre o valor semântico do termo “doguinho”, empregado no texto. O termo em análise vem sendo incorporado ao português brasileiro, principalmente aos usos de pessoas admiradoras de cães, para se referir às diversas raças da espécie encontradas no país. Assim, normalmente, o diminutivo é empregado para construir o sentido de afetividade. Considerando que o propósito da campanha em estudo é conscientizar a população acerca do valor de cães, independente da raça, os autores contam com a possibilidade de o diminutivo também ser utilizado com sentido de depreciação, já que os criminosos citados no texto tentaram justificar o ato alegando que o cão roubado não era de raça. Nesse caso, o diminutivo foi um recurso essencial para a construção dos sentidos apresentados no texto e os estudantes tiveram a oportunidade de refletir sobre isso. Em se tratando dos conhecimentos linguísticos e das habilidades que devem ser adquiridos ao longo da educação básica, a BNCC (2018) sugere que os estudantes precisam, por exemplo, “conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo” (BRASIL, 2018, p. 83) e “analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem [...] para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua” (BRASIL, 2018, p. 507). As atividades apresentadas no material analisado contribuem para esses fins.

Para finalizar essa análise, importa citar um outro aspecto muito importante trabalhado no capítulo. Como foi abordada a flexão de número e de gênero do substantivo e do adjetivo, os autores acharam adequado – e com razão – abordar o fenômeno da concordância

nominal. Como se ensina tradicionalmente que o substantivo, sendo núcleo do sintagma nominal, é o responsável por designar as flexões dos termos que a ele se ligam. Diante disso, vale a análise de uma das atividades propostas para o trabalho com este fenômeno. A seguir, são apresentadas algumas questões atribuídas para dado estudo.

Figura 05 – Questões para o trabalho com concordância nominal

- a) Qual é o núcleo do sintagma nominal “o novo picolé de fruta naturalmente artificializado”? Por quê? *Picolé, porque é a palavra mais importante do sintagma.*
- b) Como ficará o sintagma se esse núcleo for colocado no plural?
- c) Ao ouvir o comentário da Joaquina, no primeiro quadrinho, Mauro (o “minhoco”) expressa perplexidade. O que motiva esse espanto? *A incoerência na expressão “naturalmente artificializado”.*
- d) Na fala da Joaquina, no segundo quadrinho, ocorre paralelismo (isto é, semelhança) entre três expressões. Explique como esse recurso é construído e qual é o seu efeito.
- e) Também há paralelismo na fala do televisor. Que efeito é criado? Justifique.
- f) Copie as reescritas dessa fala, substituindo o símbolo ♦ pelas formas adequadas do adjetivo *novo*.
 Assista hoje a ♦ comerciais e novelas. *novos*
 Assista hoje a ♦ novelas e comerciais. *novas*
 Assista hoje a novelas e comerciais ♦. *novos*
 Assista hoje a comerciais e novelas ♦. *novos/novas*
- g) De que maneira o último quadrinho satiriza as propagandas de produtos de limpeza?

Fonte: ORMUNDI; SINISCALCHI (2020).

O trabalho com este fenômeno se dá de forma efetiva e significativa quando são propostas atividades de reflexão que não se limitam à exposição de regras provenientes dos manuais tradicionais de gramática. Os itens “a” e “b” exemplificam como isso pode acontecer. O item “b” sugere um experimento, do qual pode surgir uma comparação entre estruturas. Experimentar e comparar são exemplos de processos que caracterizam atividades de natureza epilinguística, que muito contribuem para o ensino de gramática nas escolas. Para Lopes (2019, p. 90), com essas atividades o professor pode “promover a construção do conhecimento gramatical, abandonando a abordagem que enxerga a língua como algo pronto

ou morto, sem diferentes manifestações”. Na esteira dessas ideias, percebe-se que se perdeu uma oportunidade de trazer à tona as noções de variação linguística que envolvem o fenômeno, por sua vez, potencialmente variável, o que vai de encontro à BNCC (2018), que, para o documento, em se tratando das aulas de gramática “cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise” (BRASIL, 2018, p. 81). Os estudantes devem reconhecer o prestígio atribuído às variantes apresentadas, mas devem saber também da natureza variável do fenômeno, que pode, inclusive, caracterizar sua fala, e refletir sobre ela. O item “f” trata da correção gramatical, visando à adequação das frases. No entanto, há que se pensar: adequado a quê? A que situação comunicativa tal correção é, de fato, adequada e necessária. Essas questões podem ser motivadas em sala de aula a fim de contribuir para a ampliação da consciência dos estudantes no tocante aos usos linguísticos que podem ser realizados.

Portanto, pode-se indicar, em resumo, que o material apresenta bastante aproximação com as orientações oficiais. Nas atividades, nota-se a preocupação com a abordagem da categoria gramatical escolhida em suas diferentes nuances. Ainda que, em relação à definição dos substantivos, sejam consideradas propriedades sintáticas e semânticas apenas a propriedade textual da referida classe de palavras. Logo, é contemplada no decorrer da sequência estudada.

Alguns pontos podem ser aprofundados para melhor aproveitamento do capítulo. O material em muito contribui já abordando um conteúdo que, de acordo com a matriz curricular vigente não mais figura – de forma direta, pelo menos – no ensino

médio, mas são válidas proposições de atividades que promovam a reflexão (atividades epilinguísticas), principalmente quando se envolve questões voltadas à norma gramatical brasileira, como no caso do estudo das flexões de número presente no capítulo. Além disso, quando essencial, como no caso do estudo da concordância nominal no capítulo, deve haver atividades que considerem a variação linguística no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar como as atividades sobre os substantivos vêm chegando ao ensino médio após as mudanças previstas pela BNCC (2018) e pela implementação do Novo Ensino Médio. O material analisado apresentou pontos positivos na abordagem, já que estava de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos indicados pelos principais documentos orientadores da educação brasileira, cujas ações previstas, se viabilizadas e realizadas, muito têm a contribuir com a formação integral dos estudantes.

Os materiais didáticos são recursos importantes para que as metas estabelecidas, tendo em vista a preparação dos estudantes para o exercício de uma cidadania plena, sejam atingidas. Aqueles que são voltados para o ensino de língua portuguesa devem oportunizar aos estudantes experiências que os levem a desenvolver sua competência comunicativa, por meio da qual interagem nas mais diversas situações de comunicação. Sendo assim, é importante que sejam acompanhados para que, por meio de estudos como este, os autores tenham noção de como esses materiais são recebidos, podendo, se necessário, aperfeiçoá-los

para um melhor aproveitamento; e os professores que os utilizam possam ter um norte de como usá-los ou até mesmo escolhê-los de forma consciente.

Ressalta-se, ainda, a necessidade da realização de outros estudos que envolvam materiais didáticos, especialmente, naqueles voltados para o ensino de gramática. As abordagens de muitos outros fenômenos podem motivar diferentes estudos. Além disso, é importante que, atrelados à análise de materiais didáticos, sejam realizadas proposições de abordagens dos diferentes fenômenos. Não se pode negar a relevância de estudos de tal natureza, já que eles podem subsidiar a prática docente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

ANTUNES, Irandé. *Gramática Contextualizada: limpando o pó das ideias simples*. São Paulo: Parábola, 2014.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa – Ensino médio. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CAMPOS, Elísia Paixão de. *Por um novo ensino de gramática: orientações didáticas e sugestão de atividades*. Goiânia: Cânone Editorial, 2014.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et. al. *Linguística Textual: Conceitos e Aplicações*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2022.

CONTE, Cora. *Análise linguística em livros didáticos de 9º ano: atividades em foco*. 2015. Trabalho de conclusão de curso – monografia (Graduação) – Curso de Letras, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

DUARTE, Talita Aparecida da Costa. O ensino da gramática em livro didático do ensino médio. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*. Cáceres, n. 1, v. 8, p. 216–226, 2015.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto de. Por uma teoria linguística que fundamente o ensino de língua materna. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 15, p. 109-117, 1999.

GERALDI, João Wanderley. Unidades básicas do ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley. *O texto em sala de aula*. São Paulo: Ática, p. 59-79, 1997.

LOPES, Gustavo Henrique Viana. *A concordância verbal com terceira pessoa do plural em textos escritos do 8º ano do fundamental: uma proposta de ensino*. 2019. 216f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

LOPES, Gustavo Henrique Viana. *A gramática contextualizada como meio para o letramento crítico: o uso do adjetivo nos contos de Conceição Evaristo*. 2020. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em ensino de língua portuguesa) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. (Orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, p. 199-226, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. Categorias gramaticais em materiais didáticos. In: CASSEB-GALVÃO, Vânia; NEVES, Maria Helena de Moura. *O todo da língua: teoria e prática do ensino de português*. São Paulo: Parábola, p. 123-140, 2017.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de; WILSON, Victória. Linguística funcional aplicado ao ensino de português. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA,

Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, p. 79-110, 2015.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. *Se liga nas linguagens: português*. São Paulo: Moderna, 2020.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. *Se liga nas linguagens: português – Manual do professor*. São Paulo: Moderna, 2020.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 2. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

SOUZA, Francisco Elton de. Abordagens da Oração Subordinada Substantiva nos Exercícios e nas Orientações para o Professor em Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio. *Caderno de Ensino, Linguagens e suas Tecnologias*. Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 131-145, 2021.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. Teoria linguística e ensino: da necessidade de trabalhar com a significação no ensino de língua materna. In: Bastos, N. B. *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: Educ. p. 207-218, 2004.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. Introdução. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. (Orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, p. 7-15, 2015.